

Crises Financeiras na Primeira Década Republicana e a Sobrevivência do Setor Bancário Mineiro: A Consolidação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais

Marcus Antônio Croce
(Doutorando Cedeplar-UFMG – Bolsista da CAPES)

Área Temática: 1- História Econômica

Resumo:

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi uma sociedade por ações elaborada por agentes de distintos setores econômicos da zona da Mata mineira no final do século XIX. A primeira crise econômica que afetou a primeira década republicana e esse banco foi o Encilhamento, onde uma grande quantidade de bancos no Brasil faliram. A segunda foi a Crise Bancária de 1900, que decretou o fechamento de quase todas as casas bancárias brasileiras, mas o Crédito Real de Minas sobreviveu. Resta a nós então, detectar as diretrizes tomadas por esse banco para garantir a sobrevivência do setor bancário mineiro.

Palavras Chave: Crise, Crédito, Bancos

1 – Introdução

O foco do nosso artigo procura demonstrar como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, na primeira década de sua fundação, sobreviveu a duas crises financeiras que ocorreram na primeira década republicana. Na primeira crise, conhecida como O Encilhamento, o banco por nós referido ficou conhecido em seu estado de origem, Minas Gerais, como o filho órfão do Encilhamento (DULCI 1999, p.49). Todos os bancos de Minas foram sugados pela especulação encerrando suas atividades, ficando apenas nosso banco pesquisado a assegurar as transações bancárias em terras mineiras¹.

A segunda crise, “A Crise Bancária de 1900”, segundo estudiosos a pior crise bancária que o país já conheceu, o banco foi além. No Brasil, enquanto todos os bancos nacionais fechavam os seus *guichets*, o Crédito Real de Minas Gerais, juntamente com o Banco da Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro, foram os únicos sobreviventes. Tal acontecimento repercutiu de tal forma que o banco mineiro foi condecorado até no cenário financeiro internacional (Jornal do Credireal 101 anos - Agosto de 1990).

Para explicar detalhadamente os fatos ocorridos acima e seus reflexos na economia brasileira, dividimos nosso artigo em três tópicos. O primeiro aborda como surgiu a idéia e a necessidade de se fundar uma instituição bancária na Zona da Mata Mineira, uma vez que, tal região era um centro periférico agro-exportador de café, produto esse que representava a maior fonte de riqueza na balança comercial brasileira do período (LEVI, 1995, PIRES, 1999, CROCE, 2008). De acordo com a tabela abaixo podemos perceber o potencial cafeeiro de Minas Gerais nessa conjuntura:

TABELA 1
Exportações de Café – 1869/1900 – Principais Portos Exportadores
(em milhares de arrobas)

Rio de Janeiro	1869/70 1871/72	a	1880/81 1882/82	a	1888/89 1890/91	a	1896/97 1899/1900	a
Rio de Janeiro	7.398		9.271		5.530		5.383	
São Paulo	1.314		1.778		1.109		-----*	
Minas Gerais	1.919		4.828		4.948		8.743	
Total	10.631		15.877		11.587		14.126	
Pelo Porto de Santos	2.287		6.155		10.178		22.294	

Fonte: LAGO, Luiz A . Corrêa do. *The Transition from Slave to Free Labor in Agriculture in the Southern and Coffe Regions of Brazil*. Cambridge, Mass, 1978.

* Na tabela original esse campo vinha com o temo “n.d.” e foi substituído por um traço devido todo esse momento o café de São Paulo já ser exportado pelo Porto de Santos.

Dentro desse tópico também, verificamos como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais

¹ Dentre os vários bancos que sucumbiram na Crise do Encilhamento em Minas Gerais podemos citar os bancos, Territorial e Mercantil de Minas, Banco de Cataguases, Banco de Leopoldina, Banco de Minas Gerais (Ouro Preto), Banco Popular de Minas (São João Del Rey), Banco Regional do Estado de Minas Gerais, Banco Sul de Minas, Banco de Ubá e Rio Branco e Crédito Mineiro.

despontou, e com pouco tempo de existência já apresentava uma trajetória ascendente. Já no segundo tópico, entramos na primeira crise financeira que o banco enfrentou, O Encilhamento, demonstrando como tal crise atingiu o mercado de capitais mineiro, e como as diretrizes prudenciais efetivadas pela direção do Crédito Real surtiram efeito.

O terceiro e último tópico detectamos como a “Crise Bancária de 1900” fez uma devassa financeira que assolou o Brasil. Fica registrado então, na história bancária brasileira que, o Crédito Real de Minas Gerais, acompanhado de mais um estabelecimento bancário fluminense, saiu ileso desse quadro.

Decidimos destacar como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, além de ter sobrevivido à tais crises conjunturais que arrasaram praticamente todo setor bancário brasileiro, apresentou um balanço ascendente. A ascensão de seus resultados se deu também, devido à sua postura prudencial gerar maior confiança de investidores no Brasil para investir em seus títulos. A diretriz tomada pelo banco permitiu que tal instituição extrapolasse as fronteiras nacionais, sendo reconhecido positivamente no cenário financeiro internacional.

É importante ressaltar que, além da vasta bibliografia e referenciais teóricos sobre tais crises financeiras que abordaremos nesse trabalho existentes no meio acadêmico brasileiro, as quais muitas delas utilizaremos aqui, afirmamos que, a respeito desses episódios e seus reflexos em Minas Gerais as pesquisas são quase que inéditas. Por isso deixamos claro que, nosso “corpus documental” se sustenta. O acesso privilegiado que tivemos de fontes empíricas como jornais, processos, balancetes e dentre outras fontes empíricas, nos permitem apresentar um trabalho significativo no contexto da história econômica brasileira.

1 – A emergência de um sistema financeiro nas Minas Gerais do século XIX: O nascimento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais

Na fase final do período imperial, com a abolição da escravatura, abre-se na cidade pólo da zona da Mata mineira, Juiz de Fora, novas formas de investir, aumentar e acumular capital. Devido sua produção de café, principal fonte de renda da região e sua importância no contexto econômico do período, juntamente com a construção da Rodovia União e Indústria, que ligava Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, muitos imigrantes estrangeiros e nacionais aportaram nessa localidade com a perspectiva de investir em novos ramos setoriais (CROCE, 2008).

O último ano do Império (1888), era propício para isso. Em nossa concepção foi nesse momento especificamente, com o evento da abolição da escravatura que se iniciou o chamado Encilhamento, e não no início da República como muitos afirmam (VIANNA, 1978. LIMA, 1976)².

Como sabemos, o início da conjuntura do Encilhamento foi de intensa euforia, a Bolsa de Valores começava a se manifestar (VIANNA, 1978 pp.43-44), e tal início dessa conjuntura permitiu ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais concretizar sua inauguração, se posicionando como um estabelecimento de crédito. A instituição, logo no seu início, estaria realizando a operação “auxílio à lavoura”, sendo um intermediário de empréstimo entre governo

² Uma das referências bibliográficas mais representativas dessa conjuntura é a obra “O Encilhamento” de Visconde de Taunay. Tal trabalho, ao contrário de nossa metodologia, aponta que a conjuntura do Encilhamento teve seu início com Rui Barbosa assumindo a pasta da Fazenda no Governo Provisório Republicano. Ver: TAUNAY, Visconde. **O Encilhamento**. Rio de Janeiro, 1893.

e agentes agrícolas (CROCE, 2008)³.

A idéia de fundar um estabelecimento bancário na zona da Mata mineira já havia se consolidado com a fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas em 1887. No entanto, seus administradores não tinham uma visão mais arrojada de expansão comercial (MASCARENHAS, 1954 pp. 131-137). Foi nesse momento que surge a concepção de se inaugurar o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, uma vez que, seu idealizador, João Ribeiro de Oliveira e Souza, proprietário do jornal "Diário de Minas", juntou empresários de ramos como têxteis, comerciais e agrários para consolidar o investimento, criando assim uma sociedade por ações (CROCE, 2008).

É interessante observar que, a iniciativa de João Ribeiro em fundar um novo empreendimento financeiro por sociedade de ações, permitiu uma fusão de empresários de setores distintos. Os fundadores, participavam de indústria têxtil, no caso Bernardo Mascarenhas, setor comercial, representado por Baptista de Oliveira, proprietário da maior rede comercial na cidade nesse período, o Barão de Santa Helena e o Visconde de Monte Mário, ambos cafeicultores e políticos influentes perante o Império, além do próprio João Ribeiro, proprietário de um jornal e advogado (SÁ, 1986, CROCE, 2008).

Juiz de Fora vivia um clima de euforia em sua expansão econômica, social e cultural. A construção da rodovia União e Indústria que ligava Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, trouxe investimentos de imigrantes nacionais que ao longo de um curto espaço temporal, propiciou sociedades extremamente importantes até no contexto nacional.

Podemos citar como exemplo que, esses mesmos agentes que citamos acima, atuantes em segmentos distintos na economia, se juntavam em sociedades por ações, concretizaram empreendimentos como a Cia. de Eletricidade Mineira, primeira na América Latina e segunda no mundo a produzir energia elétrica, a Academia de Comércio, referência cultural histórica no Brasil, uma vez que se trata da primeira instituição de ensino superior em finanças (CROCE, 2008)⁴. Vale a pena complementar que, 10% do lucro dos incorporadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, criado em 1889, eram destinados para a construção da Academia de Comércio, inaugurada em 1891 (SÁ, 1986).

No campo financeiro, a curta distância entre a zona da Mata mineira e o Rio de Janeiro que, com a estrutura da rodovia União Indústria aproximou ainda mais as cidades, permitiu que a Mata mineira criasse um laço de dependência muito forte com o mercado financeiro fluminense. Laço esse que gerava problemas para a aceleração no desenvolvimento da zona da Mata mineira, pois, tal dependência envolvia fatores negativos como, burocracia em se obter crédito, longo prazo para entrada de capitais nas áreas necessitadas e dificuldades de locomoção (Jornal do Credireal 101 anos, 1990 p.5).

Em 23 de janeiro de 1889, acontece a primeira Assembléia de constituição de Sociedade Anônima para a fundação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, e, através de uma longa

3 A operação consta no primeiro balanço do Banco, e se encontra sob custódia do Museu de Crédito Real de Minas Gerais – Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais

4 De acordo com Croce, a Usina Hidrelétrica em Juiz de Fora, começou a operar sete anos depois na primeira construída no mundo, a Hidrelétrica de Appleton Wisconsin, nos estados Unidos. O empreendimento causou um grande impacto nacional, e o jornal "Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro, capital nesse período noticia: "Não podemos deixar de render congratulações aos habitantes de Juiz de Fora, não só pelo empreendimento, que foi elevar mais, se é possível, a sua importância, como também por que está livre do gás que tanto escurece." A respeito de informações mais detalhadas sobre a Hidrelétrica de Juiz de Fora e da Academia de Comércio ver: CROCE, Marcus A . **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura**. FUNALFA Edições. Juiz de Fora, 2008.

trajetória envolvendo meios políticos e burocráticos, aparecem os resultados. Em 22 de agosto de 1889, D. Pedro II expede a Autorização de Funcionamento sendo que em 5 de setembro de 1889, o Crédito Real de Minas Gerais inicia suas atividades (SÁ, 1992 p. 38).

A cautela política no período em que a monarquia a cada dia perdia espaço para os republicanos, demonstra o planejamento bem estruturado da instituição. A elaboração da primeira formação hierárquica do banco, com intenção do banco não enfrentar riscos políticos durante seu funcionamento, uma vez que a transição monarquia/república já se mostrava iminente foi constituída da seguinte forma: na presidência Visconde de Monte Mário (membro do Partido Liberal), na vice-presidência, Barão de Sta. Helena (membro do Partido Conservador), e como secretário Bernardo Mascarenhas, um republicano (CROCE, 2008 pp. 134-135).

As fontes empíricas as quais tivemos acesso no Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, demonstram que o fator político em muito influenciava as diretrizes de uma instituição financeira nesse período. Os contatos políticos entre diretoria do Banco e Governo sucederam em uma Carta de Autorização Imperial seguida uma semana depois de um contrato governamental incluindo o Crédito Real de Minas entre os bancos que iriam compor a lista de estabelecimentos que prestariam serviços referentes ao auxílio à lavoura⁵. Tais fatores para serem concretizados contaram com o laço de amizade pessoal entre o Visconde de Monte Mário, presidente do banco, e o então ministro da Fazenda, Visconde de Ouro Preto⁶.

Além da cautela política utilizada, o diretor-gerente do banco, João Ribeiro, valendo-se da condição de proprietário de um jornal de grande circulação regional o "Diário de Minas", utiliza esse mecanismo para promover o banco em outras localidades (CROCE, 2008 p. 135).

É importante lembrar que, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais iniciou suas atividades ainda no período imperial e num período bem próximo a abolição da escravatura. Como forma de ajuda aos fazendeiros que se queixavam da perda de escravos o governo imperial decide através do gabinete da Fazenda, realizar um empréstimo a juros baixos destinado a lavoura, utilizando os bancos nacionais existentes como intermediários financeiros (LEVI, 1995. FRANCO, 1990).

Ficava a cargo do tesouro nacional passar aos bancos um montante sem juros, que seria repassado aos agentes agrícolas a juros de 6% ao ano (LEVI, 1995). O Banco de Crédito Real de Minas Gerais entra nesse processo recebendo do governo 800 contos de réis de adiantamento, mas o contrato celebrado com o Império seria feito da seguinte forma. O governo repassaria ao banco 2000 contos divididos em 10 parcelas de 200, porém, comprometia-se o banco sempre comprovar o destino das parcelas anteriores de repasse ao meio rural (ver nota de rodapé 3 desse artigo).

O negócio firmado entre banco e governo foi muito proveitoso para o banco, uma vez que, tal instituição foi criada na perspectiva de ser um banco direcionado para o crédito real na

5 Tais fontes primárias se encontram disponíveis no Museu do banco de Crédito real de Minas Gerais, situado na cidade de Juiz de Fora sob custódia da Secretaria de Cultura do Governo de Minas Gerais.

6 Além do laço de amizade entre o Visconde de Monte Mário e o Visconde Ouro Preto, podemos associar também, a participação de importantes nomes ligados ao setor agrário que pressionaram a Corte com suas influências pessoais e políticas para autorização de abertura do Credireal. Entre tais nomes estão Barão de Santa Helena, Visconde de Assis Martins, Visconde de Carandaí, Visconde de Itatiaia, Visconde de Lima Duarte, Barão D'Avelar Resende, Barão de Guaraciaba e Barão de São João Del Rey. Ver: SÁ, Antônio op cit p.44. Lopes. **Origens de um Banco Centenário.** (História econômica, administrativa, financeira e contábil do banco de Crédito Real de Minas Gerais) Edição Comemorativa 100 anos. Juiz de Fora, 1992 p.40.

área agrícola, ou seja, negociar com garantias reais como hipoteca. Os resultados foram imediatos, vejamos através da tabela abaixo, como a posição da Mata mineira inverteu com relação à dependência financeira de se obter empréstimos na praça do Rio de Janeiro;

TABELA 2
Participação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais na Distribuição de Capital para a Lavoura Cafeeira de Juiz de Fora 1890/1919. (valores em mil-réis)

Década	DIV.TOTAL	Banco Crédito Real de Minas Gerais	%	R.J.	%
1870/79	309.819	-----	-----	144:477	46,63
1880/89	1.022:570	-----	-----	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,46	1:211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/19	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

FONTE: Inventários Juiz de Fora - 1870/1929 Apud: PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais. Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira - 1889/1930.** In: **3º Congresso Brasileiro de História Econômica. ANAIS.** Curitiba: UFPR, 1999 p- 202.

Acontece porém que, o advento da Proclamação da República paralisou a negociação entre governo e banco. O novo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, rompe as parcelas e rescinde os contratos, porém, estipulando um prazo de 17 anos para o banco saldar sua dívida com o governo. Tal fato não deixou de ser um bom negócio para o banco, pois, o mesmo Rui Barbosa autorizou o banco a operar com uma carteira comercial que até então o estabelecimento não possuía (CROCE, 2008).

O Crédito Real de Minas já começava a demonstrar sua trajetória de prudência e segurança nos negócios, acerta sua dívida com o governo antes do prazo estipulado. No ano de 1900, aproveitando um desconto de 6% a.a. o banco salda sua dívida com oito anos de antecedência (CROCE, 2008 - SOUZA, 1925).

O banco utilizou o recurso proveniente do governo em empréstimos sob garantia hipotecária de 15 anos. Já os outros bancos comerciais desse período, utilizaram esse mesmo recurso em aplicações de risco na Bolsa, lastreados apenas por papéis sem garantias devido ao clima de euforia no início da conjuntura do Encilhamento (CROCE, 2008).

As operações do Crédito Real de Minas não tiveram muita expansão, dependentes das letras hipotecárias, os empréstimos foram reduzidos, embora a cotação elevada das letras estarem sempre em um mercado restrito. A abertura da carteira comercial do Crédito Real de Minas foi feita através de uma reunião da assembléia de acionistas com muita sensatez, atribuindo a atenção de separar a caixa de escrituração da carteira hipotecária da comercial (SOUZA, 1925).

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais, diferente da maioria dos outros bancos, se negou a colocar as letras hipotecárias em operações de risco na Bolsa de Valores, mesmo com a concepção de muitos agentes financeiros do período de que, tal investimento traria lucros prodigiosos e rápidos (CROCE, 2008 - SOUZA, 1925).

O banco inspirado por seus fundadores a funcionar nos moldes do Banco *Crédit Foncier* da França, demonstrava desde seu planejamento a presença de uma administração baseada em conceitos de solidez e progressão. Com uma trajetória de ascensão meteórica, o estabelecimento em dez anos de existência, obteve um aumento de capital na ordem de 1.400 %. No ano de sua fundação (1889), seu capital era de 500 contos e, em 1899 já atingia o capital de 7.000 contos distribuídos 1.000 contos na carteira comercial e 6.000 na Carteira Hipotecária (CROCE, 2008 - GIROLETTI, 1988).

A distribuição de seu capital demonstra por si só a direção das operações tomadas pelo Crédito Real de Minas. Podemos constatar que, com garantias sólidas como hipotecas e operações de crédito como desconto, sob o rigor das leis institucionais financeiras, fizeram que o nosso banco estudado trilhasse um caminho de evolução ultrapassando um século de existência.

Os resultados da prudência exercida pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais não demoraram a aparecer. Em 1891 começa a estourar a bolha especulativa na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Entra o período negro da Crise do Encilhamento, e é o que veremos no próximo tópico.

2 – A primeira crise econômica republicana: "O Encilhamento" e a atuação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais

Trabalhos que estudam a economia mineira nos fins do século XIX e início do XX, passam meio despercebidos na questão da crise econômica conhecida como Encilhamento. Alguns chegam a apontar que tal crise conjuntural não afetou Minas Gerais (LIMA, 1981), porém, discordamos totalmente dessa afirmação, uma vez que tal panorama devastou quase por completo o sistema financeiro do Estado mineiro.

O Jornal do Comércio, em 1º de agosto de 1892, noticiava que sobrara um pouco mais de meia dúzia de bancos no Brasil depois do crack da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e dentro desse contexto, em Minas Gerais, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi o único sobrevivente (SOUZA, 1925. SÁ, 1986. DULCI, 1999. CROCE, 2008).

A crise derrubou o ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e quando o novo ministro, Araripe, suspendeu as ações da Bolsa de Valores por oito dias, o castelo de cartas desabou. Porém o Crédito Real de Minas saiu ileso, uma vez que, a Carteira Hipotecária do banco não estava envolvida com investimentos de títulos, e na Carteira Comercial do banco só tinha 10 títulos no valor de dois contos, todos garantidos por serem de uma empresa idônea, a Academia do Comércio (CROCE, 2008).

É de suma importância perceber também, a postura dos incorporadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais perante a crise. A legislação financeira vigente então, garantia aos fundadores do banco a metade de todo o lucro que excedesse a um dividendo semestral de 4,5%. Os idealizadores do Banco de Crédito Real de Minas abriram mão desse direito, uma vez que viam a importância de destinar tais recursos na instituição e conseqüentemente capitaliza-la ainda mais. Tratava-se de maiores expectativas aos investimentos do banco (SÁ, 1986).

Durante a crise do Encilhamento, enquanto maioria dos bancos além de estarem em graves dificuldades devido suas operações de risco, seus diretores não abriam mão de seus dividendos. Ao contrário, nosso banco pesquisado, evitou uma grande descapitalização, e de 1892 a 1894 as incorporações não se processaram, voltando a ser distribuídas em dezembro de 1894 (SOUZA, 1925).

Através do Relatório apresentado à Assembléia do banco em 1901, podemos perceber o resultado desse esforço: *"Para a conservação do equilíbrio de nosso modesto orçamento, fomos forçados a reduzir honorários, suprimir lugares e fazer cortes profundos em outras despesas proporcionalmente inevitável decréscimo da receita."*⁷

Como citamos anteriormente, o comprometimento dos incorporadores com a instituição, dentro do plano de economias adotado conforme aponta o relatório, aparece em primeiro lugar a desistência feita pelo diretor-gerente, João Ribeiro de Oliveira e Souza da terceira parte de seus salários (SÁ, 1986).

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais ganhou uma simpatia e confiança no meio financeiro do país, porém a falência de um grande banco de sua praça, o Banco Territorial e Mercantil de Minas, que causou perdas irreparáveis aos seus correntistas, gerou uma queda de confiança e crédito. Para aumentar mais ainda o clima de tensão, existia um fato que o Crédito Real de Minas teria de enfrentar para continuar a sobreviver no mercado financeiro: a presença de diretores pertencentes tanto ao banco falido que nos referimos anteriormente quanto ao Crédito Real de Minas (CROCE, 2008).

O episódio demonstra então a capacidade administrativa do diretor-gerente do Crédito Real de Minas, João Ribeiro de Oliveira e Souza. Tal diretor se recusa a aceitar a ordem de diretores envolvidos com as duas instituições para transferir recursos ao banco falido. Diante das insistências, João Ribeiro coloca o seu cargo a disposição três vezes durante o mês de julho de 1892 (Jornal Credireal 101 anos, 1990, p. 6). A maioria da diretoria dá razão ao diretor-gerente, que sai fortalecido do episódio, pois chegaram a conclusão de que, o auxílio ao seu congênere falido seria um capital perdido, e certamente custaria a vida da instituição (CROCE, 2008 pp.138-139).

Diante da crise que se estabeleceu no país e a desconfiança no mercado financeiro, o Crédito Real de Minas Gerais segue em frente, vencendo a crise da Bolsa. Ultrapassada a crise de 1891, a carteira comercial do banco, expande suas operações, oferecendo linhas de crédito ao comércio, à indústria e a particulares através de empréstimos a curto prazo, como desconto de letras e conta corrente. Vemos que os números impressionam, como detalharemos nos próximos parágrafos.

Em 1894, o banco celebra um contrato com o governo de Minas no qual seria o receptor dos fundos do Estado através de sua agência de Ouro Preto, comprometendo-se a realizar adiantamentos aos cofres da Fazenda quando necessário. Um novo contrato banco/estado surge em 1898, no qual o banco se comprometia a fazer empréstimos hipotecários e pignoratícios para lavradores e industriais com juros de 9,5% ao ano. Tais empréstimos seriam realizados a longo prazo para agentes agrícolas e a curto prazo para industriais (cerca de um ano). No ano de 1898 o capital do banco chega à cifra de 7.000 contos (GIROLETTI, 1988 - CROCE, 2008).

A competência do Crédito Real de Minas em operar com limitações seus campos de ativo e passivo também merece destaque. Em 1889, o banco emitiu 174 letras hipotecárias no mercado, no valor de 100\$000 réis cada, perfazendo um total de 174:000\$000. O prazo de pagamento dessas letras seria de 30 anos com juros de 6% ao ano. Com o aumento de capital em 1894, de 500 contos para 3.000 contos, as letras em circulação chegavam a 1.814:000\$000. Os portadores das letras do banco possuíam cupons, sendo os resgates oferecidos através de sorteios anuais, gerando mais crédito e aceitação de seus papéis no mercado (SÁ, 1986 - CROCE, 2008).

Apesar do sucesso operacional do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o país ainda

7 Relatório sob custódia do Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais – Sec. de Cultura do Governo de Minas Gerais.

vivia um clima de instabilidade e insegurança financeira, provocada pela desconfiança gerada pela Crise de Encilhamento.

Em 1898, Campos Sales toma posse da presidência do Brasil, e seu novo ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, elabora um plano de deflação que culminaria em outra crise, a "Crise Bancária de 1900". Veremos nesse próximo tópico então como o banco protagonista desse trabalho se portou diante dessa nova dificuldade.

3 – A Crise Bancária de 1900 e o naufrágio de quase todo o setor bancário brasileiro: mais uma crise superada pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais

O grande nome da "Crise Bancária de 1900", foi sem dúvidas o ministro da Fazenda desse período, Joaquim Murinho. Influenciado pela teoria ortodoxa, não emissionista, com a valorização cambial, de J. P. Willeman, acabou com o sonho de um Brasil industrial desenvolvimentista, tão sonhado pelos primeiros governos republicanos⁸.

É importante observar que, a ortodoxia econômica já havia tentado ser implantada através de Rodrigues Alves, quando este era ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto. Rodrigues Alves tirou o poder de emissão dos bancos e colocou o governo como monopolista de emissão na busca de conter o grande volume de papel-moeda que se encontrava, fato esse que não obteve êxito. Já com Joaquim Murinho o resultado foi diferente (GREMAUD, 2003).

Apesar do *Funding-Loan* (empréstimo tomado pelo governo para saldar dívidas externas) ter sido criado na gestão do presidente Prudente de Moraes, foi no governo posterior, de Campos Sales, com Joaquim Murinho na pasta da Fazenda que ele se concretizou de fato. O Brasil colocando como garantia hipoteca de direitos alfandegários e adotando uma política deflacionista foram a base para esse acordo. De acordo com Alcindo Guanabara:

“O principal empenho do Governo era afastar do Tesouro a necessidade de adquirir ouro que, às taxas baixas de câmbio, traduzia-se pelo sacrifício de mais de um terço da receita geral. O acordo de Londres, por um lado, e os 10% em espécie arrecadados na Alfândega, por outro, isentavam-no dessa obrigação para o pagamento do coupon da dívida e para as demais despesas externas. Restava atender à situação criada pelas apólices internas, principalmente, as que tinham serviço em espécie”⁹

A meta do *Funding-Loan* era enxugar a oferta de moeda, e a cada liberação de recursos do empréstimo o governo recolhia esse montante em mil-réis junto aos bancos internacionais no Rio de Janeiro, sendo estes incinerados. Tal processo permitia a redução do papel-moeda circulante, que como cita Amaury Gremaud, *"economizava" em termos de pagamento de dívida externa.*

8 De acordo com Pelaez e Suzigan, Joaquim Murinho era influenciado por J. P. Willeman. ver: PELAEZ, C. M. , SUZIGAN, W. **História Monetária do Brasil: Análise de políticas e instituições monetárias.** Editora da Universidade de Brasília, 1981. A respeito da teoria de J. P. Willeman ver: WILLEMANN, J. P. **Brazilian Exchange. The Study of an Inconvertible Currency.** Buenos Aires, 1896.

9 GUANABARA, Alcindo. **A Presidência de Campos Sales.** Rio de Janeiro, Laemmert, 1902. In: TANNURI, L. A. **O Encilhamento** Hucitec- Funcamp. São Paulo, 1981.

Foi criado também o Fundo de Garantia do Papel-Moeda, que também segundo Gremaud, *com o objetivo de acumular divisas e no futuro estabelecer uma moeda plenamente conversível (...) foi abolido o poder do Governo de imprimir moeda e o Banco da República de emitir moedas do Tesouro.*

A Reforma Tributária de Joaquim Murinho, conseguiu valorizar o câmbio, uma vez que aprovou uma elevação de tributos de impostos urbanos, impostos sobre consumo de produtos domésticos. Murinho também adotou a Tarifa-Ouro, melhorando o problema do pagamento nas despesas externas do governo, e, tentando também, diminuir a especulação no mercado cambial (GREMAUD, 2003).

A política deflacionista de Murinho, apesar de obter êxito no balanço de pagamentos, não evitou um decréscimo econômico e uma recessão no Brasil, e, também não evitou o objeto de nosso interesse, a grande Crise Bancária de 1900.

Voltando no tempo, na gestão de Serzedello Correa na pasta da Fazenda, sucedendo Rodrigues Alves em 1891, acontece uma fusão entre o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e o Banco do Brasil, passando nesse momento a ser denominado então como Banco da República do Brasil. Tal fusão tinha como meta melhorar a situação financeira dos grandes bancos brasileiros (PRADO, 1999). Foi um período até que como aponta Stanley Stein, o momento em que o governo amparou as novas indústrias criadas no período especulativo do Encilhamento (STEIN, 1979)¹⁰.

Retornando em 1900, a suspensão de pagamentos do Banco da República do Brasil, instituição oficial de crédito do setor financeiro brasileiro (apesar de não ser estatal), deflagrou a Crise Bancária. Alguns autores apontam que essa falta de pagamentos se deu pela especulação cambial dos bancos estrangeiros, que passou despercebida por Joaquim Murinho, que agiu de forma falha no auxílio ao Banco que passava dificuldades em honrar seus compromissos (SOUZA, 1925. GREMAUD, 2003).

Em julho de 1900, atendendo a um pedido de empréstimo do banco, Murinho ordena um empréstimo de 600.000 libras, vendidas com prejuízo aos bancos estrangeiros, que previamente elevaram a taxa de câmbio para faturarem lucros exorbitantes, com o ouro comprado a bom preço. Daí o clima de desconfiança na praça, prejuízo enorme do Banco da República do Brasil e a eclosão da crise bancária de 1900 (MELO, 1996 p. 139). João Ribeiro de Oliveira e Souza, diretor-gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais nesse período, aponta que:

"Ao nosso ver, Joaquim Murinho (...) praticou acto menos acertado, deixando a sua sorte o Banco do Brasil, desamparando-o do auxílio necessário para transpor a temerosa crise na qual foi sacrificado (...) firmou-se na sua sábia política não emissionista; quando viu, porém, os horizontes se turvarem anunciando grande borrasca exitou e resolveu prestar o auxílio solicitado, mas de forma contraproducente. O Banco do Brasil necessitava de papel moeda para socorrer as necessidades prementes de sua caixa; entretanto o ministro lhe prestou um auxílio, mas sob forma cambiais. Sabendo previamente de tudo (...) os bancos estrangeiros elevaram as taxas de câmbio rapidamente de maneira que o Banco do Brasil se viu na contingência de vender as cambiais a taxas elevadíssimas para insignificantes realizações em papel-moeda(...) o auxílio foi absolutamente

10 A respeito do auxílio do Governo às indústrias criadas no período especulativo do Encilhamento, assim como também, melhor definição dos momentos da conjuntura do Encilhamento ver: STEIN, Stanley. **Origens e evolução da Indústria Têxtil no Brasil. 1850/1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

ineficaz, e o banco teve de tombar levando na sua queda os estabelecimentos congêneres em toda república." (SOUZA, 1925).

Corroborando os dizeres de João Ribeiro de Oliveira e Souza, Vieira Souto aborda um fator relevante nesse episódio de insolvência do Banco da República do Brasil:

De fato, o Dr. Murtinho queria que o Banco da República aceitasse o auxílio de um milhão de libras esterlinas, o ex-presidente desse estabelecimento objectava que a venda de ouro acarretaria graves prejuízos ao estabelecimento porque os bancos estrangeiros seriam os compradores, elevariam com rapidez a taxa cambial, como haviam feito em julho, para adquirirem o ouro por preço muito inferior ao que representava dias antes, quando o Governo emprestara ao Banco da República. O ministro da Fazenda opinava que não haveria prejuízo; mas se a opinião era sincera, porque não efetuava aquela venda o Governo, que tinha maior autoridade e melhores meios de ação para arcar contra os manejos dos bancos estrangeiros." (TANNURI, 1981 pp. 98-99).

Outra colaboração importante para compreendermos a crise bancária de 1900, é colocada por Neuhaus. De acordo com esse autor, o Banco da República do Brasil possuía em sua carteira ativos de pouca liquidez acompanhado de um movimento de depósitos cada vez mais em baixa (NEUHAUS, 1975 p.20). De acordo com a tabela abaixo e a conclusão que Luiz Antônio Tannuri aponta:

TABELA 3

Bancos no Rio de Janeiro no período 1897-1902

31 de dezembro de 1897		
	Caixa	Letras descontadas
Bancos Nacionais	58.218.483\$835	116.048.952\$831
Bancos Estrangeiros	66.254.880\$222	98.794.711\$742
31 de Agosto de 1900		
	Caixa	Letras descontadas
Bancos Nacionais	41.122.605\$851	65.667.906\$906
Bancos Estrangeiros	89.585.966\$526	25.255.478\$388
28 de fevereiro de 1902		
	Caixa	Letras descontadas
Bancos Nacionais	32.150.771\$804	15.974.653\$210
Bancos Estrangeiros	37.244.686\$267	6.108.206\$530

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda de 1899, p. 200. In: TANNURI, L.A **O Encilhamento** Hucitec-Funcamp. São Paulo, 1981.

De acordo com Tannuri: “*A razoável posição de caixas dos bancos é só aparente, pois muitas letras descontáveis eram irrealizáveis, dada a crise econômica que diminuía bastante a liquidez bancária*”. (TANNURI, 1981 p. 96).

Como o país se encontrava em momento de retração econômica, o banco aceitava o recebimento de suas próprias ações ao par como pagamento de dívidas, além de que, como citamos anteriormente na crise do Encilhamento, ao contrário do Banco de Crédito Real de Minas, que interrompeu o pagamento de dividendos pra investir na instituição, o Banco da República continuou pagando os seus deliberadamente. Ainda de acordo com Neuhaus, a gestão de Murtinho influenciou nesse processo, incendiando mais a crise, através de um acordo em fevereiro de 1900, onde o banco que já passava por dificuldades financeiras, foi condicionado a saldar sua dívida com o governo de 50 mil contos, sendo metade paga a vista e o restante em parcelas semestrais (NEUHAUS, 1975 p.20).

Neuhaus demonstra que o ministério de Murtinho agiu com frieza em relação a Crise Bancária de 1900, pois protegeu o Banco da República do Brasil, que mantinha relações estreitas com o Governo, injetando capital neste, deixando o resto do mercado financeiro naufragar. A justificativa de Murtinho era que essa crise e a quebra de quase todo um setor financeiro era um preço a ser pago devido as medidas tomadas por políticas expansionistas aplicadas em governos anteriores (NEUHAUS, 1975 p.20).

Um desencontro de informações bibliográficas se torna interessante dentro do contexto da sobrevivência dos ramos bancários no Brasil nesse momento. De acordo com Suzigan e Villela, a crise afetou metade dos estabelecimentos financeiros nacionais, sendo que os estrangeiros saíram imunes (VILLELA e SUZIGAN, 1973 p. 106). Já Hildete Pereira de Melo aponta que, após a crise bancária de 1900, somente um banco abriu suas portas depois da tempestade da crise, o Banco de Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro. E ainda expandindo o assunto complementa que, “*em 1910 o Brasil possuía 21 bancos comerciais, dos quais 5 eram estrangeiros. Com exceção do Banco do Brasil e de três estrangeiros que operavam nas principais praças do país, os demais operavam nos próprios estados onde foram criados*” (MELO, 1996 p. 140).

Não podemos concordar com as afirmações expressas acima. De acordo com nossos levantamentos, Minas Gerais participou significativamente do episódio, sendo que além do banco referido pela autora acima que abriu suas portas depois da tempestade da crise, o Crédito Real de Minas Gerais também foi um dos sobreviventes. Pode-se contestar dizendo que, a autora se referiu apenas a praça fluminense, porém, o Banco de Crédito Real de Minas já atuava na cidade do Rio de Janeiro desde 1894. Essa informação também questiona a posição das informações acima, pois o banco mineiro atuava também fora do estado em que fora criado (SÁ, 1986 p. 78. SOUZA, 1925).

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais, sobrecarregado, limitou suas operações de crédito uma vez que títulos do governo e do Estado de Minas despencaram. O esforço implacável que o banco fez, no período entre 12 de setembro de 1900 a julho de 1901, resultou em um aspecto positivo, pois mesmo com a crise o Banco de Crédito Real de Minas não deixou de pagar os dividendos a seus acionistas, não fechou os seus *guichets* e também não utilizou o recurso de visar cheques que a legislação em vigor lhe garantia (Jornal Credireal 101 anos, 1990, pp 6-7-8).

Diante dos nossos levantamentos de dados, podemos constatar os pilares que fizeram nosso banco pesquisado a ser um dos dois únicos sobreviventes no setor bancário nacional desse período. O encaminhamento da distribuição de lucros e dividendos direcionados a própria

capitalização do banco no momento da primeira crise econômica republicana (1892-1894) como citamos anteriormente, permitiu o banco possuir uma reserva para esse momento.

A confiança dos investidores no Banco de Crédito Real de Minas após a crise do Encilhamento, pois foi o único sobrevivente dessa crise no estado mineiro, permitiu um crescimento na venda de seus papéis de capitalização, que mesmo em crise, se mantinha ascendente.

Enquanto bancos mais antigos sofriam deságio de seus títulos de até 50%, o Crédito Real de Minas sustentava seus títulos com ágio. O banco de forma prudencial controlando seus investimentos, abrindo mão às vezes de lucros pessoais prodigiosos para investimento interno, permitiu que seus títulos dispusessem de garantias reais, de propriedades, hipotecas. Porém, diferente de que outros bancos fizeram e sucumbiram, não criaram rendas fictícias para quem investia em seus papéis, e a forma administrativa de seu capital permitia a fluidez de liquidez.

O Estado de Minas Gerais em déficit, a política contracionista instaurada por Joaquim Murinho, com escassez de numerários, fez com que os clientes potenciais do Crédito Real de Minas, passassem por problemas de insolvência. O Banco Crédito Real de Minas por sua vez, percebeu que, mesmo com garantias reais de seus clientes, como hipoteca, em um momento de retração de numerários, não seria vantajoso executar as propriedades.

A prudência de reverter os dividendos e lucros para a solidez da própria instituição, permitiram um caixa que serviu para suportar uma renegociação de dívidas sem tomar o meio de produção dos agentes agrícolas. Tal operação efetivada pelo banco, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da região, que ainda tinha o café como produto principal.

Vemos então, como o Banco de Crédito Real de Minas se manteve devido a seriedade e comprometimento de seus incorporadores, o que gerou confiança externa que permitiu a esse empreendimento a sua consolidação no setor financeiro de Minas Gerais.

Apesar do mercado financeiro brasileiro entre 1891 a 1900 estar passando por um momento delicado, como vimos anteriormente, o Crédito Real de Minas continua sua ascensão. Uma prova concreta desse fato é de que, em 1900, o banco, com oito anos de antecipação quitou o empréstimo de 800 contos (rescisão do “auxílio à lavoura” efetuado no governo imperial) que Rui Barbosa então, ministro do primeiro governo republicano, deu 17 anos para ser quitado. Conforme verificamos no relatório do banco de 28/07/1900:

"A crise intensa da lavoura de café afetou, por igual, todas as relações da vida financeira do País. (...) Operando em zona agrícola, que sente os efeitos imediatos da crise, a administração julgou prudente reduzir o volume de negócios, com receio de comprometer o capital.(...) Entre os negócios mais importantes, salienta-se, no decurso do exercício, a liquidação antecipada do nosso débito com o Tesouro Federal, eliminando-se a verba de 800:000\$000 do passivo." (Relatório do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, 28/07/1900. In: SÁ, A L...op.cit.)

Percebemos então, um fato impressionante que manteve o Crédito Real de Minas como uma instituição ascendente. A tabela abaixo demonstra como se apresenta a carteira de empréstimo do banco no período da crise de 1900, e como ela teve um salto significativo:

TABELA 4
Progressão da carteira de Empréstimos do Banco Crédito Real de Minas Gerais
(1897/1920).

JULHO 1897 A JUNHO DE 1905	CONTOS DE RÉIS
(ANUAL)	
Empréstimos hipotecários e pignoratícios	2.490
Empréstimos por descontos e conta correntes	4.182
JULHO 1905 A JUNHO 1913 (ANUAL)	CONTOS DE RÉIS
Empréstimos hipotecários e pignoratícios	3.141
Empréstimos por descontos e conta correntes	7.550
JULHO 1913 A DEZEMBRO 1920	CONTOS DE RÉIS
Empréstimos hipotecários e pignoratícios	3.247
Empréstimos de descontos e conta correntes	25.701

FONTE: SÁ, Antônio Lopes. **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa de 100 anos. Juiz de Fora, 1992 p. 65.

O episódio da Crise bancária de 1900 levou o Banco de Crédito Real de Minas e sua diretoria a um reconhecimento no mercado financeiro nacional.. O diretor-gerente João Ribeiro de Oliveira e Souza depois desse quadro, foi convidado e assumiu a presidência do Banco do Brasil em 1906, sendo Ministro da Fazenda na gestão do presidente Delfim Moreira.

Um fato interessante que aconteceu na gestão de João Ribeiro de Oliveira e Souza em sua gestão de ministro, que demonstrava seu critério de confiança entre investidores e instituição foi que, conforme coloca sua página no ministério da Fazenda: “*conversão de letras-papel em apólices de dívida pública, transformada em operação vantajosa para o governo em virtude de demonstração pública de confiança no governo*” (www.fazenda.gov.br).

A sobrevivência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais fez com que, o reconhecimento de sua administração e seu papel no desenvolvimento de uma localidade extrapolasse as fronteiras nacionais, chegando na Europa, maior centro financeiro mundial nesse período. O Banco francês *Comptoir National d’Escompte*, um dos mais significativos no cenário financeiro internacional da época, se pronunciou da seguinte forma ao se referir ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais:

“Pela marcha de sua conta podemos constatar com satisfação, que as crises nas praças do Rio e Pará em nada influiu nesse acreditado estabelecimento. Este resultado é com certeza devido ao lema prudente e hábil que preside nos negócios do banco em permitam-nos exprimir-lhes todas as nossas felicitações” (Jornal do Credireal 101 anos. Edição Comemorativa– agosto de 1990).

Conclusão

Influenciado pelos conceitos do banco *Crédit Foncier* (CROCE, 2008), e com diretrizes semelhantes à de bancos alemães nesse período, que marcaram a história econômica como setor primordial no desenvolvimento desse país (GERSCHENKRON, 1962)¹¹ o Crédito Real de Minas Gerais não foi diferente. Foi o maior banco de aplicações em crédito rural no Brasil, participou decisivamente no processo de desenvolvimento cafeeiro, industrial e minerador de Minas Gerais (SÁ, 1986).

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais no nosso ponto de vista, foi uma instituição que participou intensamente das crises financeiras na primeira década republicana, e, como poucos, saiu ileso desse episódio. O que nos impressiona é o fato de que, após duas crises financeiras avassaladoras em menos de uma década, o nosso banco pesquisado apresenta um balanço positivo e uma trajetória ascendente contínua.

Na primeira crise financeira republicana, “O Encilhamento”, enquanto maioria dos bancos investiam seus capitais em papéis especulativos, que prometiam lucros rápidos e prodigiosos, o Crédito Real de Minas tomou outro caminho. Preferiu utilizar a prudência, lucrando pouco, porém, linearmente, sempre administrando com a razão seus quadros de ativo e passivo. O resultado desse episódio, já falamos no trabalho: foi o filho órfão do Encilhamento em terras mineiras.

A segunda grande crise financeira ocorrida na primeira república, “A Crise bancária de 1900”, o Crédito Real de Minas, como todos os bancos nacionais, de mãos atadas devido à política contracionista do ministro da Fazenda Joaquim Murinho, também sobrevive. Cortou gastos e reinvestiu seus lucros e dividendos na própria instituição, e somente com mais um banco da praça fluminense ficou de pé em plena bancarrota do sistema bancário nacional.

Vale a pena mencionar nas últimas linhas desse artigo, os dizeres de Gustavo Franco: “*Pouco sobraria afinal, após a crise bancária de 1900 do que foi construído em 1888-1890*”. Concluímos então que, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi uma instituição bancária que viveu intensamente essa conjuntura de nossa história econômica, um empreendimento relacionado entre os poucos que sobreviveram, alcançando uma marca superior a um século de existência.

11 Segundo Alexander Gerschenkron, os bancos alemães no século XIX, além de controle financeiro no mercado também passam a alcançar e direcionar decisões empresariais no seu território. No caso do Crédito Real de Minas é interessante observar que, o banco destinava 10% de seus lucros na construção da Academia de Comércio, primeira instituição de curso superior na área de finanças na América do Sul, além de seus incorporadores investirem em ramos setoriais disitintos. a respeito desse panorama ver: CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura**. FUNALFA Edições. Juiz de Fora, 2008.

Bibliografia:

- ABREU, M. P.. **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. 11^o ed. Rio de Janeiro, Campos, 1990.
- AGUIAR, Pinto de. **Rui e a Economia Brasileira**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1971.
- BALEEIRO, A . **Rui, um Estadista no Ministério da Fazenda**. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949. Rio de Janeiro.
- BARBOSA, Rui. **Finanças e Política da República**. In: AGUIAR, Pinto de. **Rui e a Economia Brasileira**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1971.
- BASTOS, Humberto. **Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1949.
- CARONE, Edgar. **A República Velha (Evolução Política)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- COSTA, F. N. **Comparando capitalismo financeiros**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas n 160, maio de 2009.
- CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura**. FUNALFA Edições. Juiz de Fora, 2008.
- FRANCO, Gustavo B.. **A 1^o Década Republicana**. In: ABREU, M. P.. **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. 11^o ed. Rio de Janeiro, Campos, 1990.
- GERSCHENKRON, A . **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge Harvard University, 1962.
- GIROLETTI, Domingos A .. **Industrialização de Juiz de Fora 1850-1930**. Juiz de Fora, EDUFJF, 1988.
- GREMAUD, A . P. **A Política Econômica na passagem do século XIX para o XX. Controvérsias em torno da questão monetária**. (www.abphe.org.br/congresso2003).
- LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais 1870-1920**. Vozes. Rio de Janeiro, 1981.
- LEVI, Maria B.. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- LIMA, H. M. **3 (três) industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- LUZ, N. V. **Esforço em prol da Industrialização**. São Paulo, *Revista de História*. USP, 1959.
- MASCARENHAS, N. L .. **Bernardo Mascarenhas e o Surto Industrial de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, Aurora, 1954.
- MELO, Hildete P. **A Crise Bancária de 1900 na praça do Rio de Janeiro, vista sob a ótica de Murinho & Vieira Souto**. In: ANAIS II Congresso Brasileiro de História Econômica. UFF, 1996.
- NEUHAUS, P. **História Monetária do Brasil. 1900-45**. IBMEC. Rio de Janeiro, 1975.
- PELAEZ, C. M. , SUZIGAN, W. **História Monetária do Brasil: Análise de políticas e instituições monetárias**. Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais. Uma Análise do Sistema**

- Financeiro da Zona da Mata Mineira - 1889/1930.** In: **3º Congresso Brasileiro de História Econômica. ANAIS.** Curitiba: UFPR, 1999.
- PRADO, L.C.D. **A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana.** IV Encontro da SEF, Porto Alegre, 1999.
- SÁ, A . L. **Origens de um Banco Centenário.** Edição comemorativa do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Juiz de Fora, 1986.
- SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição 1875-1901 .** Edusp. São Paulo, 1996.
- SOUZA, João R. Oliveira. **Banco de Crédito Real de Minas Gerais.** Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1925.
- STEIN, Stanley. **Origens e evolução da Indústria Têxtil no Brasil. 1850/1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. **INDÚSTRIA BRASILEIRA. Origem e Desenvolvimento.** Ed. Hucitec-funcamp. São Paulo. Nova edição, 2000.
- TANNURI, L. A . **O Encilhamento.** Hucitec-funcamp. São Paulo, 1981.
- TAUNAY, Visconde. **O Encilhamento.** Rio de Janeiro, 1893.
- VERSIANI, F. R. **Industrialização e Economia de exportação: experiência brasileira antes de 1914.** In: *Revista Brasileira de Economia 1 (34).* 1980.
- VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VILLELA A . V. & SUZIGAN, W. **A política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945).** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973,
- WILLEMANN, J. P. **Brazilian Exchange. The Study of an Inconvertible Currency.** Buenos Aires, 1896.